



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERVEJA E REFRIGERANTES, TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ, DE CAFÉ SOLÚVEL, DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS, DE MASSAS, ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS, DE DOCES E CONSERVAS, DE FARINACEOS E ÓLEOS ALIMENTÍCIOS DE RAÇÃO, DE CARNES E DERIVADOS, ABATEDOUROS, PANIFICADORAS E CONFEITARIAS E DA ALIMENTAÇÃO EM GERAL E AFINS DE CAMPINAS, VALINHOS, SUMARÉ, INDAIATUBA, JAGUARIUNA PAULÍNIA, MONTE MOR, SALTO E ITU

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - CENTRO - FONE : PABX (0192) 32-2855
FAX: (0192) 32-2703 - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO - CEP 13.013-000

CGC-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTO

1

OFÍCIO-CIRCULAR N.º 156/2000 - (18.07.00)

REF.: CONVENÇÃO COLETIVA TRABALHO - CARNES e DERIVADOS

Prezado Senhores,

Comunicamos aos senhores, que a Federação do Trabalhadores nas indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo e Sindicatos filiados celebraram Convenção Coletiva de Trabalho, com o **Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de São Paulo**, para reajustamento dos salários e novas condições de trabalho, nas cláusulas seguintes:

1. REAJUSTE SALARIAL: Os salários vigentes em 1º de abril de 1999 corrigidos, apenas, pelo percentual de **2%** (dois por cento) e, posteriormente, em 01.08.99 pelo percentual de **1,50%** (um inteiro e noventa e seis centésimos por cento) **serão reajustados, a partir de 01.04.2000**, pelo índice único, negociado e ajustado entre as partes de **5,00%** (cinco por cento), para o período compreendido entre 01.04.99 à 31.03.2000.

Parágrafo único: As empresas que eventualmente não tenham integralizado até a presente data, o percentual de **5%** (cinco por cento) devido a partir de 01.04.2000, poderão fazê-lo até o pagamento dos salários do mês de agosto de 2000, sem a aplicação de qualquer penalidade ou atualização.

Parágrafo segundo: O reajuste salarial estabelecido nesta cláusula, não se aplica aos empregados exercentes de cargos de gerência e direção, aos quais entretanto fica assegurada a livre negociação com seus empregadores.

2. COMPENSAÇÕES: Serão compensados todos os aumentos voluntários ou compulsórios concedidos no período de 01.04.99 a 31.03.2000, salvo os decorrentes do término de aprendizagem, transferência, implemento de idade, promoção e equiparação salarial.

3. ADMISSÕES APÓS A DATA-BASE: Para os empregados admitidos após 01.04.99, deverão ser observados os seguintes critérios:

a. Aos salários dos admitidos em funções com paradigma, será aplicado o mesmo percentual do reajuste salarial concedido ao paradigma, desde que não ultrapassem o menor salário da função.

b. Em se tratando de funções sem paradigma, serão aplicados os percentuais indicados na tabela abaixo, por mês trabalhado, entendendo-se como mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, incidentes sobre os salários da data de admissão observadas as compensações estabelecidas na cláusula 2.

<u>Mês de Admissão</u>	<u>Percentual</u>
Abril/1999	5,00%
Maiio/1999	4,58%
Junho/1999	4,16%
Julho/1999	3,75%
Agosto/1999	3,33%
Setembro/1990	2,92%
Outubro/1999	2,50%
Novembro/1999	2,08%
Dezembro/1999	1,66%
Janeiro/2000	1,25%
Fevereiro/2000	0,83 %
Março/2000	0,42%

4. SALÁRIO NORMATIVO: A partir de 01.04.2000, fica assegurado para os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho um salário normativo que obedecerá aos seguintes critérios:

a) Para cada estabelecimento fabril da base territorial que contava em 31.03.2000 com até 50 (cinquenta) empregados da categoria, o salário normativo será correspondente a R\$ 297,00 (duzentos e noventa e sete reais) por mês ou R\$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos) por hora.



b. Para cada estabelecimento fabril da base territorial que contava em 31.03.99 com mais de 50 (cinquenta) empregados da categoria, o salário normativo será correspondente a R\$ 321,20 (trezentos e vinte e um reais e vinte centavos), por mês ou R\$ 1,46 (um real e quarenta e seis centavos) por hora.

Parágrafo único: Estão excluídos desta garantia os menores aprendizes na forma da Lei.

5. ADIANTAMENTO SALARIAL:: As empresas concederão até 15 (quinze) dias antes do pagamento, um adiantamento de 40% (quarenta por cento) do salário mensal dos seus empregados, ressalvadas as situações mais favoráveis já praticadas.

§ 1º: Ficam excluídas da concessão do adiantamento ora convencionado as empresas que concedem, no mesmo percentual, outros benefícios, tais como: vale-transporte, vale-farmácia, aquisição de produtos da empresa, desde que descontados em folha de pagamento mediante prévia autorização do empregado.

§ 2º: Os adiantamentos nas condições ora convencionadas só serão devidos caso o empregado já tenha trabalhado na quinzena correspondente e não apresente, por qualquer outro motivo, saldo devedor na respectiva quinzena.

§ 3º: Caso os benefícios não atinjam os 40% do valor do adiantamento salarial, deverá a empresa complementá-lo nos prazos e condições desta cláusula.

6. SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO: Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído, excluídos os casos de chefia e gerência.

7. SERVIÇO MILITAR: O empregado em idade de prestação de serviço militar, inclusive tiro de guerra, gozará de estabilidade no emprego desde o alistamento comprovado até 30 (trinta) dias após o desligamento ou desengajamento.

8. GESTANTE: A empregada gestante gozará de estabilidade provisória, até 60 dias após o término do período de afastamento compulsório, ressalvados os casos de rescisão bilateral do contrato e pedido de demissão.

9. ACIDENTE DO TRABALHO: Ressalvado o direito das empresas questionarem judicialmente a inconstitucionalidade da Lei 8.213/91, poderão ser respeitadas suas disposições em relação ao trabalhador acidentado, desde que preenchidos os requisitos fixados na referida Lei e excetuados os casos de dispensa de empregados por justa causa, por pedido de demissão e por rescisão antecipada ou término de contrato de trabalho por prazo determinado para experiência.

10. COMPROVANTES DE PAGAMENTO: As empresas fornecerão comprovantes de pagamento aos empregados com discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e os recolhimentos do FGTS.

11. UNIFORMES E INSTRUMENTOS DE TRABALHO: Quando as empresas exigirem a utilização de uniformes e instrumentos de trabalho, tais como: faca, fuzil, para a execução dos trabalhos, elas deverão fornecê-los gratuitamente aos empregados, que, por seu turno, se obrigam a zelar pela manutenção dos mesmos.

Parágrafo único: Quando da substituição de uniformes e instrumentos de trabalho acima referidos, ou em caso de rescisão de contrato de trabalho, o empregado se compromete a devolvê-los sob pena de reembolso dos respectivos valores.

12. MANDATO SINDICAL: Será considerado como tempo de serviço efetivo, sem remuneração, o período de afastamento de até 3 (três) empregados, para desempenho de mandato sindical por entidade.

Parágrafo único: Ocorrendo afastamento de empregados para o desempenho de mandato sindical previsto no caput, a empresa recolherá nas respectivas contas vinculadas dos empregados o percentual correspondente ao FGTS bem como recolherão ao INSS as contribuições relativas à Previdência Social, como se estivessem trabalhando, sendo estas mediante reembolso do sindicato profissional conveniente.

13. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS: As horas extras de segunda à sábado serão sobretaxadas em 50% sobre o valor da hora normal, ressalvadas as situações favoráveis já existentes.

14. ABONO DE FALTA DO ESTUDANTE: Serão abonadas as faltas do empregado estudante, para fins de prestação de exames vestibulares, mediante prévia comunicação à empresa e comprovação posterior.

15. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário e mediante comprovação, por 02 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento de irmão(ã), sogro(a), e 01 (um) dia no caso de internação de cônjuge, companheiro(a), ou filhos desde que coincidente com a jornada de trabalho.

16. LICENÇA PARA CASAMENTO: Ocorrendo casamento do empregado(a) o(a) mesmo(a) poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário e mediante comprovação, até 05 (cinco) dias consecutivos.



17. FÉRIAS: O início das férias coletivas ou individuais, integrais ou parceladas, não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias pontes já compensados.

18. LICENÇA PARA EMPREGADA ADOTANTE: A empresa concederá licença remunerada de 07 (sete) dias consecutivos para as empregadas que adotarem judicialmente crianças na faixa etária de 0 (zero) a 06 (seis) meses de idade.

19. REEMBOLSO CRECHE: As partes convencionam que, a obrigação contida nos §§ 1º e 2º do artigo 389 da CLT, de acordo com a Portaria MTb 3296 de 03.09.86, e parecer MTb 196/86, aprovado em 16.07.87, poderá ser substituída, a critério das empresas, pela concessão de auxílio-pecuniário às suas empregadas, no valor mensal correspondente a 15% do salário normativo especificado na cláusula 4ª desta Convenção.

a. Este auxílio pecuniário será concedido à empregada, pelo prazo de 08 meses, a partir do retorno do afastamento previsto no art. 7º inciso XVIII da Constituição Federal de 1988;

b. O referido pagamento a título de auxílio-pecuniário, não terá reflexos para efeito de férias, 13º salário, aviso-prévio, nem incidência para fins de INSS, FGTS ou Imposto de Renda.

c. O objeto desta cláusula, deixará de existir caso a empresa firme convênio com creche de acordo com a lei ou instale creche própria, ressalvado, entretanto, o pagamento do auxílio-pecuniário desde que iniciado;

d. O auxílio-pecuniário, beneficiará somente empregados que estejam em serviço ativo na empresa;

e) Em caso de parto múltiplo o auxílio-pecuniário será devido em relação a cada filho;

f) Ficam desobrigadas do auxílio-pecuniário as empresas que já mantenham creche, convênio ou aquelas que adotam sistemas semelhantes em situações mais favoráveis.

20. ISONOMIA SALARIAL: Não haverá desigualdades salariais e de oportunidades nas empresas por motivo de sexo, raça, religião, convicções políticas ou filosóficas.

21. MENSALIDADES ASSOCIATIVAS: Desconto em folha de pagamento das mensalidades associativas, desde que sejam as empresas notificadas para tanto, cumprindo-lhes remeter ao suscitado o valor descontado e a relação dos empregados que tenham sofrido o desconto, nos 10 (dez) dias subsequentes à sua efetivação, desde que associados.

22. CARTA-AVISO: As empresas entregarão carta-aviso aos empregados dispensados sob a alegação de prática de falta grave, sob a pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

23. ACORDOS DE COMPENSAÇÃO: Nas empresas sob regime de trabalho de 5 (cinco) dias por semana, por força de acordo de compensação, quando o sábado coincidir com feriado, as horas de compensação durante a semana não serão consideradas como extraordinárias. Em contra-partida, quando houver um feriado no período de segunda à sexta-feira, este será pago com base na jornada diária incluídas as horas de compensação. Coincidindo feriado com dia de sábado nenhuma remuneração será devida.

24. FERIADOS - PONTE: As empresas poderão estabelecer programas de compensação de dias úteis intercalados com feriados e fins de semana, de sorte que os empregados possam ter período de descanso mais prolongado. Idêntico procedimento poderá ser adotado nos dias de carnaval.

25. DOMINGOS E FERIADOS: Ao empregado que trabalhar em domingos e feriados, sem folga compensatória, as empresas pagarão em dobro as horas trabalhadas e, ainda, a remuneração de repouso propriamente dito ou feriado a que fizer jus, tendo em vista a frequência da semana anterior.

26. FLEXIBILIZAÇÃO DE JORNADA: Fica assegurada às empresas, com a participação do Sindicato Profissional a possibilidade de estabelecerem com seus empregados, jornadas compensadas de trabalho, de acordo com as normas legais previstas na Lei n.º 9601 de 21/01/98, regulamentada pelo Decreto n.º 2490 de 04/02/98, que alterou a redação do artigo 59 da CLT.

27. EMPREGADOS DISPENSADOS: Quando as empresas dispensarem seus empregados antes do término da jornada normal de trabalho, por motivos de manutenção ou técnicos, não poderão compensar as horas faltantes com horas extras prestadas, tampouco exigir dos empregados que reponham aquelas horas.

28. INDENIZAÇÃO ADICIONAL DE AVISO PRÉVIO: Para os empregados que contando com mais de 01 ano de serviço na empresa e 50 (cinquenta) anos de idade, ou mais, fica garantida, além do aviso prévio que a Lei prevê, uma indenização adicional de aviso prévio correspondente a 45 (quarenta e cinco) dias. Essa indenização será devida, tanto quando o aviso prévio for cumprido, como quando for indenizado e em qualquer caso, não integra o tempo de serviço.

29. EMPREGADOS EM VIAS DE APOSENTADORIA: Nas despedidas sem justa causa, decorrentes de razões tecnológicas ou econômico-financeiras, as empresas obedecerão a escalonamento, de tal sorte que fique



preservado o emprego dos empregados que, contando pelo menos 24 (vinte e quatro) meses de tempo de serviço, se encontrem às vésperas de jubilação.

Parágrafo 1º: Considera-se às vésperas da aposentadoria, o empregado que esteja a 24 (vinte e quatro) meses, ou menos do instante em que possa pleitear a aposentadoria estabelecida no Regime Geral da Previdência Social, nos termos da lei e obedecidas inclusive as disposições do art. 201 da Constituição Federal de 05/10/88, com as inovações introduzidas pelo art. 1º da Emenda Constitucional n.º 20 de 15/12/98, principalmente através do seu § 7º incisos I e II.

Parágrafo 2º: Se o empregado deixar passar o instante em que poderia pleitear a aposentadoria, nos termos do parágrafo primeiro, sem fazer uso dessa faculdade, não nascerá para ele, uma nova garantia de emprego.

30. ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS: Reconhecimento pelas empresas que não mantenham serviço próprio, dos atestados médicos e odontológicos expedidos pelos facultativos dos sindicatos.

31. AUXÍLIO-FUNERAL: As empresas pagarão aos dependentes legais, pelo falecimento de seus empregados, um auxílio funeral equivalente a 3 (três) salários normativos, pagos conforme cláusula 4ª.

32. PRAZO PARA PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS: As empresas deverão proceder à quitação das importâncias incontroversas devidas aos seus empregados em decorrência de rescisão contratual por iniciativa delas à exceção dos casos de justa causa, dentro do prazo de 10 (dez) dias quando o aviso prévio for indenizado e 1 (um) dia quando o aviso prévio for cumprido.

Parágrafo único: O não atendimento do disposto no caput implicará em multa diária, equivalente ao salário de 01 (um) dia de serviço do empregado, até seu cumprimento final, limitada, porém, a 01 (um) mês de salário.

33. DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO: As empresas poderão descontar dos salários dos seus empregados, além daqueles legalmente permitidos, os relativos a seguro de vida em grupo, a aquisição e/ou fornecimento de alimentação, a convênios com supermercados, a planos ou convênios médico-odontológicos, a medicamentos, a transportes, a empréstimos pessoais, a contribuições aos sindicatos profissionais convenientes, às associações, aos clubes e demais agremiações e outros benefícios eventualmente concedidos, quando devidamente autorizados por escrito.

34. ADMISSÃO DE EMPREGADOS POR PRAZO DETERMINADO: As empresas, também com fundamento nas disposições da Lei n.º 9601 de 21/01/98, regulamentada pelo Decreto n.º 2490 de 04/02/98, poderão admitir empregados por prazo determinado, obedecidas as disposições legais vigentes.

35. MEDIDAS DE PROTEÇÃO: As empresas manterão em local apropriado e de fácil acesso, serviço de primeiros socorros, que conterá os medicamentos básicos. Para atendimento urgente do empregado, as empresas manterão um veículo nos locais de trabalho.

36. QUADROS DE AVISOS: Afixação em locais visíveis e de fácil acesso aos trabalhadores nas empresas, de quadros de avisos dos suscitantes, para comunicados e notícias de interesse do sindicato profissional, desde que não contenham alusões prejudiciais às empresas e aos empregados.

37. SALÁRIO DOS APRENDIZES: É assegurado ao empregado menor aprendiz, sujeito a formação profissional metódica, 60% do piso salarial durante a primeira metade do aprendizado e 100% durante a segunda metade do aprendizado.

38. NECESSIDADES HIGIÊNICAS: As empresas proporcionarão, gratuitamente, produtos adequados e higiene pessoal dos seus empregados de acordo com as condições específicas do trabalho realizado.

39. CONVÊNIO FARMÁCIA: As empresas providenciarão, convênios com farmácias e drogarias, para fornecimento conforme receita médica, de medicamentos aos empregados e seus dependentes, cujo desconto poderá ser feito em folha de pagamento ou através de débito em conta corrente.

Parágrafo único: No caso de recusa por parte das farmácias ou drogarias localizadas nas proximidades da empresa, esta não poderá sofrer nenhuma penalidade.

40. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/CONFEDERATIVA: Por ocasião do pagamento do mês de agosto/2000, as empresas descontarão dos empregados beneficiados por esta Convenção, a importância correspondente a 3% (três por cento) dos seus salários, exceto daqueles já desligados, até o limite de R\$ 33,41 (trinta e três reais e quarenta e um centavos), descontos esses que serão recolhidos através de boleto bancário.

§ 1º: A contribuição assistencial/confederativa prevista nesta cláusula, observadas as mesmas condições, será também descontada por ocasião do pagamento dos salários do mês de dezembro/2000, respeitado o mesmo percentual e teto.

§ 2º: Os recolhimentos da contribuição assistencial/confederativa ora convencionadas deverão ser efetuadas até o dia 10 do mês subsequente ao desconto, conforme boleto bancário.



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERVEJA E REFRIGERANTES, TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ, DE CAFÉ SOLÚVEL, DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS, DE MASSAS, ALIMENTÍCIAS E BISCOITOS, DE DOCES E CONSERVAS, DE FARINÁCEOS E ÓLEOS ALIMENTÍCIOS DE RAÇÃO, DE CARNES E DERIVADOS, ABATEDOUROS, PANIFICADORAS E CONFEITARIAS E DA ALIMENTAÇÃO EM GERAL E AFINS DE CAMPINAS, VALINHOS, SUMARÉ, INDAIATUBA, JAGUARIUNA PAULÍNIA, MONTE MOR, SALTO E ITU

RUA JOSÉ PAULINO, 172 - CENTRO - FONE : PABX (0192) 32-2855
FAX: (0192) 32-2703 - CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO - CEP 13.013-000

CGC-MF 46.070.678/0001-41

INSCR. EST. ISENTO

5

§ 3º: A contribuição assistencial/confederativa estabelecida nesta cláusula, poderá ser alterada em seus percentuais e demais condições, através de instrumento escrito celebrado entre a empresa e seus empregados, estes devidamente assistidos pela respectiva entidade sindical.

§ 4º: As empresas efetuarão os descontos acima, como simples intermediárias, não lhes cabendo nenhum ônus, por eventual reclamação judicial ou administrativa, assumindo desde já as entidades profissionais dos trabalhadores ora convenentes, em qualquer hipótese, a total responsabilidade pelos valores descontados.

41. SINDICALIZAÇÃO: As empresas permitirão dois dias por ano, que o sindicato profissional promova campanhas de sindicalização, mediante negociação de horário, época e local entre o sindicato e as empresas de sua respectiva base territorial, no estabelecimento da empresa.

42. COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA: As empresas complementarão, durante a vigência da presente Convenção Coletiva, do 16º ao 30º dia, o salário nominal do empregado afastado pela Previdência Social por motivo de doença.

43. PROCEDIMENTO PARA FUTURAS NEGOCIAÇÕES: As partes convenentes se obrigam, para atender as peculiaridades específicas de seus representados, inclusive no que se refere a aspectos técnicos, a negociar diretamente, sem a participação ou inclusão de quaisquer outras categorias profissionais ou econômicas, em todas as futuras negociações.

44. MULTA: Fica estabelecida multa de 2% (dois por cento) do salário normativo devido na forma prevista na cláusula 4ª desta Convenção, em caso de descumprimento pelas partes das cláusulas contidas nesta norma coletiva, revertendo em benefício do empregado prejudicado. Esta multa não se aplica quando a legislação estabelecer penalidade à respeito.

45. JUÍZO COMPETENTE: As divergências surgidas quanto ao cumprimento da presente Convenção serão resolvidas amigavelmente entre as partes, ou, na impossibilidade, serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

46. VIGÊNCIA: A presente Convenção terá duração de 12 (doze) meses, com início a 1º de abril de 2000 e término a 31 de março de 2001.

47. PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO: O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial, da presente Convenção, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho. (CLT)

48. ABRANGÊNCIA: A presente Convenção abrange a todos os empregados dessa empresa, representados pelo Sindicato.

Sem mais para o momento, despedimo-nos

Atenciosamente

MANOEL MARTINS

- Presidente -